

**DEGRADAÇÃO AMBIENTAL URBANA: NOTAS SOBRE O CASO DOS
"BAGULHADORES" DO LIXÃO DE AGUAZINHA (OLINDA-PE)**

*Pesquisadora: Lídice Maria Silva de Araujo, Aluna
do Curso de Mestrado em Antropologia
Cultural da Universidade Federal
de Pernambuco - UFPE*

*Financiamento: Unidade de Estudos e Pesquisas sobre
Calamidades/Institute Development
Research Centre - UNCAL/IDRC*

Recife, Dezembro de 1995

Resumo

Este trabalho apresenta a análise dos resultados parciais de uma pesquisa que está sendo realizada com um grupo de catadores de lixo residente em um "aterro sanitário" situado no bairro de Aguazinha, Olinda (PE). Os dados obtidos foram o ponto de partida de minha pesquisa etnográfica, desenvolvida entre os meses de dezembro/94 a junho/95.

No espaço sócio-urbano das grandes cidades a maior parte do lixo recolhido é jogado em terrenos baldios e parcelas significativas da população enfrentam em seu cotidiano dificuldades para viver com um mínimo de dignidade, não tendo asseguradas sequer suas necessidades básicas: direto a emprego, moradia, serviços de educação, saúde, etc. Nesse contexto, o lixão aparece, como uma alternativa do chamado "mercado informal de trabalho" - constituindo-se num refúgio contra o desemprego e fonte de sobrevivência para aqueles indivíduos que tradicionalmente compõem o "exército industrial de reserva" - e uma potencial ameaça para o ambiente urbano.

Apoiada em questionários, entrevistas e depoimentos, esta análise preliminar pretende avaliar as condições de vida e de trabalho das famílias residentes no lixão de Aguazinha. Para avaliar as condições de vida vários aspectos são considerados: estrutura familiar, escolarização, renda, condições de moradia; associativismo; lazer; saúde; nível de conhecimento dos problemas ambientais do local e seu reatamento na vivência cotidiana das famílias; qualidade dos serviços urbanos e as práticas que a população considera mais adequadas para resolver seus problemas. No que se refere às relações de trabalho foram colhidas informações sobre: duração da jornada de trabalho; uso de equipamento de proteção individual; ocorrência de acidentes; remuneração e relação com o "atravessador".

os grupos nos grandes centros urbanos.

As conclusões apontam para a deterioração dos modos de vida humanos em três campos: ambiental, social e subjetivo.

Apresentação

O presente texto pretende destacar alguns temas sócio-ambientais, partindo de um estudo preliminar efetuado com os catadores do lixão de Aguazinha, em Olinda. O objetivo é conhecer as condições de vida daquela população e sua percepção em relação ao meio ambiente.

Procuró, inicialmente, refletir sobre o surgimento da temática ecológica como valor universal, tornando-se elemento potencial na pauta de discussões dos países considerados "pobres", particularmente os da América Latina - incluindo o Brasil - durante muitos anos passivos frente ao tema. Em seguida, desenvolvo uma breve discussão sobre a questão ambiental no âmbito dos grandes centros urbanos, enfatizando um dos problemas que se tornaram agudos à medida que as cidades cresceram: a gestão dos resíduos sólidos urbanos, fundamental no impasse ambiental vivido pelas cidades contemporâneas.

Para evidenciar os problemas relacionados à questão, tomei como contexto para o desenvolvimento de minhas observações um dos lixões da área urbana do Recife. Veremos que a manutenção da dinâmica dos resíduos urbanos envolve uma complexa rede operacional extra-oficial: milhares de pessoas direta ou indiretamente tiram seu sustento do lixo. Entre esses indivíduos encontram-se os catadores de lixo. A experiência do catador do lixão de Aguazinha, em Olinda(PE), será o ponto de partida para a compreensão da complexidade dos processos que envolvem os indivíduos e os grupos nos grandes centros urbanos.

As conclusões apontam para a deterioração dos modos de vida humanos em três campos: ambiental, social e subjetivo.

1 A questão ambiental

De 1972, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, até 1992, com a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, a questão ambiental vem se consolidando como um tema de abrangência mundial.

O campo do debate que se configura em torno da questão ambiental caracteriza-se por uma pauta extremamente diversificada de enfoques, mas que podem ser condensadas em dois eixos principais. De um lado, a postura ecológica tradicional que, preocupada em salvaguardar as condições de vida no planeta, considera degradação qualquer transformação dos elementos da natureza, propondo a preservação intocável de porções do ambiente natural. Essa facção "purista" enfatiza os processos físico-naturais perturbadores do ecossistema e não leva em conta as implicações econômicas, sociais e políticas que os fundamentam, vinculando os problemas ambientais essencialmente às vulnerabilidades da natureza¹. O discurso ecológico tradicional, então, construiu-se em torno da preocupação com fenômenos extremos e de grande magnitude, tais como, a degradação dos recursos naturais não renováveis, o efeito estufa, o "buraco" na camada de ozônio, alterações climáticas, conservação da biodiversidade, etc. Dessa perspectiva, as investigações científicas sobre os desastres se voltam para a predição, prognóstico e controle dos eventos, ou seja, para a promoção de soluções técnicas e tecnológicas.

Em contraposição ao predomínio tecnocrático, surgem as concepções que remontam as origens da crise ambiental ao processo histórico e social que condicionaram sua aparição. Essa perspectiva encara a crise ambiental como o reflexo da crise da modernidade ocidental e de seu modelo civilizatório, apontando para a necessidade de uma interpretação crítica do processo cultural, técnico e ambiental que fundamenta a modernidade; a formulação de

¹ BENJAMIN, César. *Nossos verdes amigos*. Teoria e debate, n° 12. São Paulo: NERU, 1990.

uma ética definidora de certos valores básicos, como igualdade e justiça social e a instituição de uma nova ordem sócio-econômica. Esta vertente implica, portanto, numa ruptura conceitual e disciplinar, promovendo um movimento de caráter social e político².

A visão "naturalizada" do ambiente, que caracteriza os militantes ecológicos mais radicais, reduz o problema ecológico à integração e adaptabilidade de uma população ao meio ambiente, e de busca de equilíbrio. Nesse sentido, os desastres ecológicos são concebidos como algo que rompe de maneira inesperada com a "harmonia" da vida cotidiana, desequilibrando profundamente as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si.

É flagrante nessa maneira de abordar os desastres ambientais, a influência do viés positivista, que enfatiza a harmonia e a ordem, definindo os eventos que violam a vida "normal" como "patologias", "anomalias" ou "desvios", sem considerar as causalidades sociais e históricas que permitiam o surgimento dos fenômenos. Isso esclarece o domínio das ciências naturais e a ausência das ciências sociais no tratamento das questões relativas ao meio ambiente, principalmente no continente latinoamericano.

Na América Latina, os centros de estudo e as instituições dedicadas às geociências são os que tem mais prestígio e acesso a fontes de financiamento, como é o caso do Instituto Peruano de Geofísica, O Instituto de Geociências da Universidade do Panamá e a Faculdade de Engenharia da UNAM, no México³.

² Ver, por exemplo, VIOLA, Eduardo. *O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo a ecopolítica*, in Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo:ANPOCS, fevereiro, 1987; ACOT, Pascal. *História da ecologia*. RJ:Campus, 1990; CARDOSO, Adauto. *A utopia em construção: modernidade, ecologia e urbanização*, in PIQUET, Rosélia & RIBEIRO, Ana Clara Torres. Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização. Rio de Janeiro:Jorge Zahar Ed./Fundação José Bonifácio, 1991; TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. *A propagação do discurso ambientalista e a produção estratégica da dominação*, in Espaço e Debates, nº 35. São Paulo:NERU, 1992; FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes. *A sociedade do lixo - os resíduos, a questão energética e a crise ambiental*. 2a ed., Piracicaba:Editora Unimep, 1995.

³ Ver a esse respeito LAVELL, Allan. *Ciências sociales y desastres naturales en América Latina: un encuentro inconcluso*, in MASKREY, Andrew (org.) Los desastres no son naturales. Colômbia:LA RED/IIDG, 1993.

No Brasil, a crise econômica, social e política, iniciada no pós-guerra e incrementada na década de 80, fez-se acompanhar de profundas transformações nas instituições da sociedade e nas expectativas das pessoas. A diversificação sócio-econômica e a grande mobilidade sócio-demográfica e cultural vividas pela sociedade brasileira neste período, possibilitaram o surgimento de novos atores na arena social, com múltiplos e diferenciados interesses. E em resultado, o aumento da consciência popular em relação ao processo democrático no país; o acirramento da crítica às condições de vida sociais, à qualidade e quantidade de empregos, e o reconhecimento dos problemas ambientais como um item do processo coletivo de redemocratização. Palavras como "direitos/deveres", "custo/benefício", "boa gestão ambiental", "equilíbrio ecológico" adquiriram posição de destaque na agenda política e social do Brasil nos últimos anos, secundado apenas pela economia.

No entanto, parece que, mesmo entre nós, o viés social ainda não foi plenamente incorporado à temática ambiental, prevalecendo, ainda, uma falsa oposição entre a defesa do meio ambiente e as reivindicações de caráter econômico e social. Essa visão, já bastante explorada e caricaturada pela mídia, mostra a ecologia distante da realidade social. A letra do samba cantado pela Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro - Famerj - na manifestação *Eco dos Oprimidos pela Vida*, realizada durante a ECO-92, no Rio de Janeiro, ressalta a pouca preocupação dos ecologistas pelos desequilíbrios sociais:

*De que adianta essa tal de ecologia
Sem essa de euforia
Não podemos precipitar*

*O nosso povo oprimido, massacrado
feito jogo de criado
não está dando para aguentar*

*Há tanto verde nesse nosso universo
venho em clima de protesto
reclamar os meus direitos⁴*

⁴ In MUÇOUÇAH, Paulo Sérgio. *Os movimentos populares e a questão ambiental*, in Revista Proposta, nº 56, ano XVII, março 1993.

Superando as concepções dos ecologistas tradicionais, para quem a degradação ambiental atinge apenas o ambiente natural ou o ecossistema, a promoção de uma reflexão mais social sobre o ambiente e suas transformações, instituiu uma nova maneira de conceber os desastres. Tais considerações manifestam a face política do paradigma em pauta e introduzem uma nova concepção de desastres, agora definidos como "*una ocasión de crisis ou stress social, observable en el tiempo y el espacio, en que sociedades o sus componentes (comunidades, regiones, etc.) sufren daños o pérdidas físicas y alteraciones en su funcionamiento rutinario. Tanto las causas como las consecuencias de los desastre son producto de procesos sociales que existen en el interior de la sociedad*"⁵.

Nesse sentido, os desastres ambientais são considerados não como eventos únicos, isolados, "anomalias" provocadas por um desequilíbrio temporal das forças geofísicas, mas como produtos de processos sociais historicamente determinados, como "*problemas no resueltos del desarrollo*"⁶.

É importante destacar que não se trata negar a existência de ameaças naturais (deslizamentos, trombas d'água, inundações, secas, incêndios espontâneos, etc.), nem de menosprezar os impactos ambientais que tais ameaças provocam, mas de considerá-las como parte da história geomorfológica, climática e oceânica do território onde se assenta determinada sociedade, buscando, por outro lado, identificar as condições de risco e vulnerabilidade dos grupos que serão afetados. Revelam-se, então, os componentes da estrutura social que definem os segmentos sociais que serão mais, ou menos, atingidos pelos desastres.

Ou seja, os desastres não podem se abordados sob um ângulo estritamente técnico, buscando-se medidas simples de equilíbrio Homem-Natureza, mas implica numa reflexão sobre a dinâmica das relações sociais, passando, necessariamente, pelo viés político.

⁵ LAVELL, Allan, *Op. cit.*, 1993, pp. 146-147.

⁶ Cf. Wijkman y Timberlake, in LAVELL, Allan. *Ciências sociales y desastres naturales en América Latina: un encuentro inconcluso*, in MASKREY, Andrew (org.) Los desastres no son naturales. Colômbia: LA RED/ILDG, 1993, p. 147.

Ao se deslocar o eixo do discurso ecológico da preocupação com a escassez dos recursos naturais, devastação das florestas tropicais, a extinção de pacas, veados e tatus, para a realidade social, vê-se o surgimento de elementos até então pouco identificados com a temática ambiental. Favelas, crianças abandonadas nas ruas, elevados níveis de expansão de doenças, altas taxas de mortalidade infantil, a situação de miséria das populações da periferia, dejetos sólidos e líquidos depositados no solo e nos cursos d'água, formam um quadro urbano dramático.

No Brasil, A Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte, através de um levantamento efetuado em 1988, apontou catorze ameaças ambientais mais comuns, dentre estas, oito estavam relacionadas ao contexto urbano. A cidade, então, configura-se como cenário potencial de riscos e desastres, como veremos adiante.

2 Degradação ambiental em áreas urbanas

A questão da urbanização aparece de forma ambígua e pouco clara no discurso ecológico tradicional, chamando-se a atenção para os aspectos negativos das cidades - principalmente a poluição do ar e a necessidade de aumento de áreas verdes nas cidades - e seus impactos sobre a qualidade de vida nas metrópoles.

O enfoque social dos desastres ambientais, pondo em causa os processos históricos que produzem as condições de risco e vulnerabilidade social das cidades, define uma nova agenda de questões em torno da problemática urbana. Nessa nova postura, ganha espaço a idéia de que a temática urbana é uma vertente da questão ambiental, não apenas nas injunções que dizem respeito a qualidade de vida nos centros urbanos - e que compreendem provimento de habitação, saneamento básico, transporte, destino dado ao lixo e assim por diante - mas, principalmente, no que diz respeito à questão do planejamento e da gestão social, definindo políticas públicas e estratégias de atuação das agências governamentais.

É claro que a urbanização, e a consequente concentração populacional, não é em si incompatível com a qualidade ambiental¹. No entanto, nas cidades do Terceiro Mundo, especialmente as latino americanas, é digno de nota os desequilíbrios resultantes da precariedade do equipamento coletivo face ao crescimento das demandas da população. Nos anos de expansão econômica das grandes cidades foi flagrante a concentração de terra e de renda, aliada à falta de investimentos em infra-estrutura e à incapacidade político-administrativa para lidar com o fenômeno urbano. As respostas institucionais para os problemas ambientais das cidades foram dificultadas por estruturas governamentais antiquadas, solicitadas a prover serviços num ritmo e numa capacidade nem sempre disponíveis.

A rapidez do processo de metropolização no Terceiro Mundo foi acompanhada pela ampliação do espaço urbano que transgrediu certas barreiras topográficas convencionais. Logo após a Segunda Guerra Mundial, as cidades latino-americanas passaram a se caracterizar pelo estabelecimento de núcleos habitacionais em sua periferia: à beira dos manguezais, das várzeas baixas, ou nas encostas e "altos" dos morros - espaços menos disputados, ou não disputados, pelas moradias de melhor nível. Esses agrupamentos nas bordas ou margens da periferia urbana, constituíram o embrião de nossas favelas e seus habitantes foram denominadas de "populações marginais".

Tais populações - desprovidas de qualquer infra-estrutura - se apoderaram à força do espaço urbano tradicional das grandes cidades, invadiram propriedades públicas ou privadas e cresceram numa progressão vertiginosa, aumentando os focos de moradias, o número de habitantes e espalhando-se por todas as grandes cidades.

A falta de planejamento da ocupação da periferia e o rápido processo de metropolização geraram um espaço urbano segregador, do ponto de vista social; caótico, do ponto de vista urbano e degradador do ponto de vista ecológico. Nesse contexto, pode-se afirmar que a maioria dos desastres "naturais" que aflige grande parte da população urbana nas metrópoles (enchentes, desabamentos, proliferação de doenças endêmicas), consiste, na verdade, em desastres sociais, reflexo do modelo de gestão, implementado

¹ É comum associar o progresso aos centros urbanos, onde se concentram os serviços coletivos e maiores facilidades de acesso aos avanços tecnológicos.

pelo Poder Público, que não consegue responder às necessidades básicas da população urbana. Essa população, constituída principalmente por pessoas pobres, é obrigada a se estabelecer em zonas propensas a ameaças ambientais, criando condições de risco e eventuais desastres.

Moradias em ruas com esgotos correndo em valas e sem urbanização; bairros desprovidos de qualquer serviço público; serviços de educação e saúde ineficientes ou inexistentes; homens, mulheres e crianças se amontoando em cortiços, favelas ou casas de cômodo com precárias condições de habitabilidade: este quadro de degradação ambiental converte-se, também, no cenário das grandes cidades brasileiras.

Como se pode perceber, há uma intrínseca relação entre degradação ambiental e pobreza. Não é sem razão que o último dos grandes diagnósticos internacionais, o informe da Comissão Mundial sobre o Meio ambiente, expressa no Relatório Brundtland⁸ afirma que a miséria é o maior problema ambiental do planeta.

Durante os anos 80 o número de brasileiros vivendo em absoluta miséria aumentou de 29,4 milhões para 44,8 milhões⁹. Esse contingente de miseráveis habita a periferia das grandes cidades, não raro, em condições de vida sub-humanas, e é constituído em grande parte por pequenos produtores e trabalhadores rurais expropriados ou simplesmente expulsos do campo em virtude das mudanças tecnológicas e do avanço do capital.

Atualmente, no Brasil, cerca de 70% da população é constituída de pobres urbanos, com evidente comprometimento das condições de vida nas cidades. A Região Metropolitana do Recife reproduz essa situação: ocupando somente 2,26% da área total do Estado concentra 42% de sua população. Conforme o *Anuário*, Recife tem hoje 670 mil favelados, 48% da população; são 300 mil indigentes que perambulam pelas ruas da cidade e não tem acesso sequer à cesta básica¹⁰.

Assim, no espaço sócio-urbano das grandes cidades, parcelas significativas da população enfrentam em seu cotidiano dificuldades para viver com sua cidadania respeitada, não tendo asseguradas sequer suas

⁸ ONU. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2a ed, 1987.

⁹ IBGE. *Anuário Estatístico*, 1991.

¹⁰ IBGE. *Anuário Estatístico*, 1991.

necessidades básicas: direito a emprego, moradia, serviços de educação e saúde, etc. Nesse contexto, o lixo aparece como uma alternativa do chamado "mercado informal de trabalho", constituindo-se num refúgio contra o desemprego e fonte de sobrevivência para aqueles indivíduos que tradicionalmente compõem o "exército industrial de reserva": pobres que sobreutilizam sua força de trabalho por remunerações abaixo do mínimo necessário de subsistência.

3 Os resíduos sólidos no meio urbano

À medida que se acelera a urbanização cresce o volume de lixo produzido nas grandes cidades. Nas áreas metropolitanas do Terceiro Mundo são produzidos, diariamente, cerca de 11 kg de resíduos sólidos por pessoa; apenas 60% desse lixo é recolhido e menos da metade desta percentagem é descartada de maneira não nociva ao meio ambiente¹¹. Apesar dos crescentes esforços dos governos municipais, a coleta e o descarte do lixo continuam a ser ineficientes e injustos, implicando no deterioramento da qualidade de vida nas cidades.

Na ausência de equipamento adequado, a maior parte do lixo recolhido nos centros urbanos é jogado em terrenos baldios, nos chamados "aterros sanitários". Espalhados entre os bairros de baixa renda da cidade, há um panorama de lixões - vastos depósitos de lixo que contaminam o abastecimento de água, atraem insetos e roedores e são focos de doenças endêmicas, constituindo-se num desastre ecológico que põe em perigo a saúde da população.

Os representantes dos governos municipais, assoberbados com os problemas que enfrentam, frequentemente atribuem ao descarte de resíduos sólidos um lugar inferior na lista de prioridades dos serviços coletivos.

Esta evidência é constatável quando se analisa o recente episódio ocorrido no lixão de Aguazinha, no município de Olinda - um dos mais

expressivos exemplos da degradação ambiental urbano e do descaso dos órgãos governamentais.

Recentemente a imagem miserável dos "bagulhadores"¹² do lixão de Aguazinha, foi vivamente apresentada na imprensa regional, nacional e internacional: anunciou-se que famílias inteiras se alimentavam de lixo hospitalar - vísceras, mamas, braços, pernas, eram depositados no local pelo caminhão de coleta da prefeitura e consumidos pelos favelados.

D. Leonildes Cruz Soares, 65 anos, a mulher que ganhou as páginas dos jornais por ter comido um pedaço de seio, justificou seu drama antropofágico com um argumento imbatível: *"Aqui a fome é grande"*. Mas logo em seguida esclareceu: *"Eu não sabia que era carne de gente. Passei mal e vomitei tudo"*.

Sabe-se que a limpeza urbana é um serviço público organizado e prestado diretamente ou sob regime de concessão, de acordo com o Art. 30, incisos I e V da Constituição Federal. Já a fiscalização das operações internas e externas de manejo dos resíduos sépticos (lixo hospitalar), é de responsabilidade da vigilância sanitária estadual, conforme a Lei Orgânica vigente. A Resolução do Conama 005/93, em seu art. 4º, assegura aos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde o gerenciamento de seus resíduos, desde a geração até a disposição final, em atendimento aos requisitos ambientais e de saúde pública. Há, portanto, uma dupla irresponsabilidade no incidente envolvendo os "bagulhadores" do lixão de Aguazinha. O que se viu, porém, foi uma troca de acusações dos governantes estadual e municipal e houve até quem atribuisse a culpa aos "bagulhadores", propondo como solução única o fechamento dos lixões, como se essa medida atendesse às questões sociais, econômicas e ecológicas advindas do lixão a céu aberto.

Embora o potencial humano desses grupos seja desprezado e sua atividade seja desvalorizada socialmente, enquanto chafurdam no lixo, esses indivíduos trabalham e desempenham um papel importante na coleta e

¹² A palavra "bagulhador" vem de "bagulho", coisa que não presta, lixo. "Bagulhadores" são todos os que retiram do lixo materiais reaproveitáveis, vendendo-os para garantir sua subsistência e de sua família. Este termo foi utilizado pelos próprios sujeitos para se auto-definirem e será adotado no presente trabalho em referência aqueles indivíduos.

reciclagem de resíduos sólidos, prestando serviços essenciais à economia e à sociedade, a um custo muito baixo.

O que me chamou a atenção em contato com esse grupo, sem dúvida, foram suas precárias condições de vida. Interessei-me, então, em conhecer quais as **representações desse grupo acerca do meio ambiente**, o nível de consciência sócio-ambiental daqueles indivíduos. O estudo exploratório realizado na área, mostra as interações entre exterioridade e interioridade, ou seja a ação do ambiente, natural e social, sobre a psique e vice-versa.

4 O trabalho etnográfico

A etapa inicial do estudo foi identificar a situação sócio-econômica e habitacional dos moradores do lixão. O intuito principal nesse momento era rastrear as famílias residentes na área e, paralelamente, tirar algumas conclusões sobre as condições objetivas de vida dos residentes. Esse trabalho exploratório foi o ponto de partida de minha pesquisa etnográfica, em andamento.

A primeira dificuldade com que me deparei quando decidi trabalhar com as famílias do lixão foi o fato de que eu não conhecia ninguém que pudesse me informar sobre o modo de vida dos "bagulhadores". As primeiras informações sobre a população vieram através das manchetes dos jornais, que relataram com estardalhaço a miséria, a fome e o "canibalismo" da população.

A imagem construída pela mídia apresentava os habitantes daquele local como "os novos bárbaros" - miseráveis no último nível da degradação humana, sem nada a perder, descomprometidos com os valores culturais, sem condições de suprir suas necessidades, ineficientes no gerenciamento de seu ambiente, "por fora" da sociedade global. Precisavam, portanto, ser educados e socializados, de acordo com as normas da cultura neoliberal, pois predominando a situação atual os "bagulhadores" estariam definitivamente perdidos para o convívio social.

A imprensa explicitava dramaticamente a estigmatização e criminalizaçãodas das classes miseráveis - vistas como perigosas - negando-se a reconhecer os direitos e a importância daqueles sujeitos.

Como vencer o medo e o preconceito, e me aproximar do grupo?

A Secretaria de Ação Social e Cidadania de Olinda também estava interessada em cadastrar os "bagulhadores", residentes e não-residentes (aproximadamente 200 pessoas, segundo estimativas), com o objetivo de organizar a atividade produtiva e estimular o associativismo e cooperativismo entre eles.

Esse órgão mantinha um contato mais ou menos regular com a população do lixão, pois uma de suas funcionárias desenvolve trabalhos assistenciais no local como membro da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Eu precisava me fazer conhecida, abrir caminho na área e, principalmente, me assegurar que não seria molestada. Propus, então, a Secretaria uma parceria: formularíamos um questionário único, homogeneizando nossos objetivos e, por outro lado, eu aplicaria os questionários às famílias residentes e ajudaria no rastreamento dos "bagulhadores" não-residentes.

Aceita a parceria, o passo seguinte foi a discussão da forma e do conteúdo do questionário. Depois de algumas conversas, organizamos um questionário prévio e nos ocupamos em seguida da constituição e orientação da equipe de pesquisadores, ao todo 9 pessoas: 4 funcionários da Secretaria, eu e 4 bolsistas.

Encerrada esta fase, foi feito o pré-teste, que revelou a necessidade de algumas alterações no questionário, com vistas a minimizar os efeitos de nossas próprias idéias preconcebidas e chamar atenção para algumas questões que os próprios "bagulhadores" salientaram. O questionário prévio passou, então, por um processo de "enxugamento": foram omitidas algumas perguntas cansativas, repetitivas ou difíceis de entender. O produto final foi um questionário revisado que buscou apreender o mundo dos "bagulhadores" conforme eles próprios o estruturavam.

O pré-teste nos alertou, também, sobre a impaciência da população - *"Não temos tempo para responder muitas perguntas. Estamos ocupados"* - e para o momento mais sociável do dia: de manhã cedo, antes dos caminhões da Prefeitura começarem a chegar com o lixo, dando início ao dia de trabalho.

Marcamos, enfim, a data para o início do trabalho. A Secretaria, no entanto, não pôde iniciar na data firmada. Os bolsistas que me ajudavam estavam disponíveis apenas naquele período. Resolvi, então, fazer o cadastramento das famílias residentes apenas com o auxílio dos bolsistas.

Os questionários foram aplicados no local da moradia e a estratégia durante a aplicação era a de deixar que a população falasse por conta própria, buscando apreender a prática e a percepção dos moradores. O respondente foi o marido ou a dona de casa.

A abordagem inicial não foi fácil. Embora a presença de uma equipe de pesquisadores não tenha causado surpresas, o trabalho foi marcado pela apreensão e desconfiança dos "bagulhadores". Precisávamos reafirmar constantemente nossa ligação com a universidade e garantir que não estava engajada em qualquer campanha para a extinção do lixão. Algumas atitudes foram de franca hostilidade. Uma mulher perguntou: *"Isso é um abaixo-assinado para fechar o lixão? Se for pode ir embora, porque não assino"*. Podemos dizer que a grande maioria dos entrevistados iniciava a conversa fazendo a defesa do local e ressaltando a saúde, negando explicitamente qualquer problema ou dificuldade. Essa sensibilidade à flor da pele era comum e as respostas pareciam ensaiadas e pré-elaboradas.

Eu estava de posse de uma máquina fotográfica e resolvi utilizá-la como uma ponte na comunicação com os "bagulhadores", a chave para penetrar em suas lares, em suas famílias, em seu trabalho, enfim, em suas vidas. É evidente, que eu não me comportei simplesmente como um reporter-fotográfico, interessado apenas em fotografar e depois ir embora. Eu sabia que a câmara poderia facilitar minha aproximação da população, criando um clima de familiaridade e cooperação, mas sabia que também poderia provocar constrangimentos e ressentimentos. Tive, então, o cuidado de perguntar às pessoas se elas se deixariam fotografar. A população local ficou entusiasmada e envaidecida, todos queriam ser fotografados, principalmente as mulheres e crianças.

Logo percebi, porém, que os "bagulhadores" não-residentes não se deixavam fotografar, nem mesmo à longa distância. "Bagulhar" é algo do qual eles não se orgulham e ao perceberem a máquina apontada em sua direção, viravam o rosto ou davam as costas. Insistir seria desconsiderar seus sentimentos, além de ser uma atitude imprudente e arriscada.

Depois de uma manhã inteira na área, todos sabiam quem eu era e todos estavam informados do que eu estava fazendo. Ficou mais fácil falar sobre o meu trabalho e aplicar os questionários. Além disso, as coloridas fotos se constituíram em um ótimo pretexto para o meu retorno. Aos poucos, a desconfiança cedeu lugar a um relacionamento, senão afetuosos, pelo menos amistoso, eu já não era uma pessoa estranha e agora me convidavam a voltar sempre, de preferência com a câmara fotográfica, é claro. A partir daí, me senti segura na comunidade.

O questionário foi montado com três objetivos: 1) coletar as representações da população sobre os problemas ambientais do local e seu reatamento na vivência cotidiana das famílias; 2) conhecer as expectativas e avaliação dos moradores sobre a qualidade dos serviços urbanos e as políticas públicas em geral, e 3) identificar as práticas que a população considera mais adequadas para resolver os problemas ambientais.

O que se segue é o resultado da análise preliminar realizada com apoio nos questionários aplicados, entrevistas e histórias de vida.

- *A área de estudo: condições de vida* - Localizado em Olinda, às margens da Segunda Perimetral, o lixão de Aguazinha tem, aproximadamente, 6 anos, ocupa um terreno de 24 hectares e é local de "desova" de pessoas eliminadas por grupos de extermínio.

O lixão ocupa parte de um terreno particular e recentemente o proprietário, após ingressar com uma ação de usucapião, tomou posse da área, expulsando as famílias residentes no local.

A área onde se localiza o lixão ainda não alcançou um valor suficientemente rentável para ser comercializada: além de desprovida de infra-estrutura urbana, apresenta uma acentuada declividade, minimizada pelo "aterro" feito pelo lixo. O lixão, portanto, serve ao processo de especulação imobiliária e o poder público, nesse caso, aparece como um elemento vigoroso na dinâmica dessa valorização fundiária, na medida em que beneficia um proprietário privado e permite a segregação e discriminação dos grupos mais vulneráveis.

O trabalho etnográfico identificou 20 famílias morando dentro do lixo, quase metade - exatamente 9 - provém da área rural, onde tinham um roçado que lhes era cedido para o plantio de agricultura de subsistência. No

entanto, a área é também avidamente disputada pela população da área vizinha, conhecida como Jardim Brasil V. Desta forma, estima-se que centenas de pessoas sobrevivam das 300 toneladas de lixo que são despejadas ali diariamente pelos caminhões a serviço da Prefeitura.

Para quase todos o lixo constitui-se como único meio de sobrevivência. Em apenas uma família a cata de lixo é complemento de renda: o chefe da família trabalha como servente, tem carteira assinada, mas ganha R\$25,00 por semana: *"O dinheiro não dá prá nada ... aí a mulher e os meninos 'bagulham' durante o dia e eu, antes de sair prá trabalhar, separo o que foi 'bagulhado'. O dinheiro da venda do lixo dá prá ajudar na feira"*.

A população local caracteriza-se pela instabilidade ocupacional e quase nenhuma qualificação profissional: 25% dos entrevistados são analfabetos e apenas assinam o nome; o nível médio de escolaridade é a 2a. série primária e somente dois entrevistados possuem o curso primário completo.

Percebe-se entre os "bagulhadores" uma profunda preocupação em "ter todos os documentos" e quase todos acatam a regra formal - tradicional na sociedade brasileira - que condiciona o direito do indivíduo existir socialmente e ser reconhecido como cidadão à posse de documentos de identificação. Tais documentos são os credenciais de reconhecimento¹³ que criam identidades sociais legítimas e fornecem a prova insuspeita de respeitabilidade e honestidade, transfigurando indivíduos, grupos ou classes tidos como "perigosas" em indivíduos, grupos ou classes "laboriosas". Assim, 90% dos entrevistados possuem algum tipo de registro de sua existência civil, podendo comprovar, portanto, que *apesar* de pobres são "bons cidadãos", "trabalhadores honestos", "cumpridores de seus deveres", "ordeiros" e "direitos" - critérios que os diferencia dos marginais e os credencia a "ter direitos", neutralizando o estigma da pobreza¹⁴.

¹³ A expressão "credenciais de reconhecimento" é usada em: VELLER, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**, in *Caderno do CRH*, n° 19, p. 14. Salvador:UFBA/CRH, 1993.

¹⁴ A respeito do esforço das classes populares em demarcar as distâncias com o bandido e o marginal, construindo uma imagem de "pobre, porém honesto", ver ZALUAR, A. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo:Brasiliense, 1985. Sobre a vigência de um imaginário popular em que os direitos são percebidos como prerrogativa daqueles que "são direitos", ver CALDEIRA, T. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder**. São Paulo:Brasiliense, 1984.

É preciso ressaltar o esforço do poder público - no caso, da Secretaria de Ação Social e Cidadania de Olinda - em fornecer aos "bagulhadores" os documentos que necessitam para a vida civilizada; alimentando uma cidadania negativa, regida por preceitos morais e definida pelo cumprimento de obrigações, repondo na vida social desigualdades, hierarquias e exclusões, explicitando um descompasso com as modernas noções de igualdade e justiça social.

- **Moradia, alimentação e condições de saúde** - A área onde se localiza o lixão não conta com serviços nem tem a menor infra-estrutura urbana: não há luz, nem fossa e a água utilizada, inclusive para beber, provém de cacimbas abertas no próprio lixão. As "moradias" são construídas com papelão ou plástico, aproveitados do próprio lixão, constituindo-se num aglomerado de barracos de apenas um cômodo, onde convive a família, reunindo, em média, seis ou sete pessoas, inclusive muitas crianças, em absoluta promiscuidade. Quando ainda muito pequenas, as crianças brincam, nuas, misturadas à lama e ao lixo, disputando espaço com os animais domésticos: porcos, galinhas e cães. Logo, porém, se tornam "bagulhaores".

A análise das condições do *habitat* em que se insere aquela população, em termos dos seus impactos sobre os organismos dos indivíduos, sugere precárias condições de saúde e de vida na área. Percebe-se facilmente a prevalência de algumas doenças, sobretudo da pele, e a necessidade de assistência médica.

No entanto, chama a atenção a necessidade das famílias entrevistadas transmitirem a idéia de que têm uma saúde invejável. *"Aqui a gente não tem problema de saúde. Não temos nada. Às vezes gripe, algumas feridas, cortes em cacos de vidro, mas não é nada grave"*, foi a opinião geral. Severina, 20 anos, apontando para a filha de nove meses, com o corpo coberto de pequenas bolhas: *"Aqui a gente não tem doença. A menina tá com o corpo assim por causa dos dentes que estão saindo"*. Sr. Eliseu disse: *"A doença daqui é só corte nos vidros e acontece por causa da ganância dos*

'bagulhadores' em pegar o melhor lixo". Embora algumas pessoas tenham mencionado a incidência de infecções na pele, alergias e doenças respiratórias, observamos que a situação era encarada com naturalidade. Aparentavam pouca ou nenhuma preocupação, justificando: "se a gente fosse ligar prá doença não ia poder viver aqui".

O ganho dos "bagulhadores" com a venda do lixo não chega a um salário mínimo mensal, mal dando para os gastos com compra de alimentos. Contudo, crianças e adultos não parecem desnutridos. As crianças tem boa aparência física. Pudemos observar que as mulheres iniciam os trabalhos domésticos muito cedo, com duas ou três panelas cozinhando no fogão improvisado, além do feijão, galinha e alguma raiz. Quase diariamente o lixão recebe uma carga de lixo da CEASA com frutas e verduras em bom estado. Além disso, granjas e frigoríficos próximos, também depositam ali seu lixo, abastecendo a população de frangos e peixes. Assim, o lixão se constitui para os "bagulhadores" uma fonte de alimentos, senão a principal.

A notícia de canibalismo, denunciada pelos membros da Igreja Episcopal, foi terminantemente desmentida pelos "bagulhadores" que afirmaram sequer comer os restos de comida achados no lixo. Sob esse aspecto são muito ciosos de seus princípios de higiene: *"Aproveitamos apenas o que é bom, o resto a gente faz lavagem pros porcos"*. Segundo os entrevistados, a alimentação é custeada com o dinheiro arrecadado da venda do lixo. A notícia de canibalismo teria sido divulgada por uma favelada com o objetivo de chamar a atenção para a situação de miséria em que vivem e, desta maneira, conseguir doações de alimentos de entidades religiosas e filantrópicas. O procedimento é duramente criticado pelos "bagulhadores" que expressam seu receio em relação à opinião dos "outros" e procuram anular a imagem de "canibais" promovida pela imprensa: *"Aqui ninguém come gente"*, afirmaram em coro, quando relembramos o episódio.

- **Relações sociais** - Embora vivam muito próximas e se conheçam mutuamente, as relações de vizinhança são pouco valorizadas: *"Aqui cada um vive na sua casa. No domingo, às vezes, os homens saem prá jogar bola ou ficam na sinuca ali na barraca. As mulheres ficam em casa cuidando das*

crianças". A competição no trabalho se comunica ao cotidiano dos "bagulhadores", em geral.

A troca de favores é um tanto quanto rara. A renda escassa e intermitente - e a inexistência de serviços assistenciais, leva-os frequentemente a se comprometer com o "atravessador", que lhes adianta algum dinheiro quando precisam, : *"Aqui a gente não conta com a ajuda de ninguém. Todo mundo é pobre. Quando a gente precisa de alguma coisa, pede a 'seu' Júlio"* [o "atravessador"].

É oportuno registrar que o próprio "atravessador" faz questão de difundir a imagem de "grande protetor da comunidade", estabelecendo entre ele e os "bagulhadores" uma relação de dívida: *"Quando eles precisam comprar remédio pros filhos doente ou levar a mulher prá maternidade, sou eu quem empresto o dinheiro. Eles me devem muitos favores. Prá eles, viver aqui é bom, porque eles não arranjam emprego fora daqui, não conhecem ninguém ... Se saem prá procurar trabalho, voltam sem nada. Aqui, pelo menos, eles sabem que todo dia tem lixo e que o dinheiro é certo. Eu pago na hora. Peso e pago. Não engano ninguém"*.

Em troca desses "favores", o comprador exige fidelidade acima de tudo: os "bagulhadores" não podem optar por outro comerciante, mesmo que este ofereça um preço mais elevado. A relação com o "atravessador", então, é permeada por uma raiva contida, frequentemente dissimulada, pois os favelados sabem o quanto são frágeis e vulneráveis: *"Eu vendo a 'Seu' Júlio, porque quando preciso ele me empresta dinheiro. Ele vem aqui e compra tudo: plástico, papelão, lata, vidro. No depósito o preço é melhor, mas eles não compram tudo e se eu precisar de dinheiro emprestado eles não emprestam"*.

É importante que se note o empenho das entidades governamentais, e não-governamentais, para reuni-los. A Prefeitura do município, através da Secretaria de Ação Social e Cidadania, desenvolve na área um trabalho visando conscientizar os "bagulhadores" da necessidade de criação de uma cooperativa, que permitiria a independência do "atravessador". Neste sentido, e visando estimular o associativismo e cooperativismo entre eles, será montado em Olinda um centro de reciclagem de lixo que abrigará o material coletado pelos catadores durante o Carnaval - basicamente vidros e latas, que serão comercializados para a Açonorte e a Companhia Industrial de Vidros. A iniciativa é do Fórum de Integração Pró-Olinda, entidade que reúne

representantes governamentais do município e membros da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Os "bagulhadores" percorrerão ruas e ladeiras com sacos plásticos e receberão um "fardamento": uma camiseta com o símbolo da reciclagem.

Impossível deixar de comentar a pouca receptividade e disponibilidade dos "bagulhadores" para aceitar a criação de um centro de reciclagem. O discurso em relação a essa idéia evoca uma profunda desconfiança: *"E se roubarem o que a gente catou com tanto trabalho? Acho que essa história é só 'comilança', 'embromação' "*. Identifica-se também, através dos depoimentos, a importância dada à liberdade quanto ao horário de trabalho e à definição a quem vender o lixo: *"Eu faço meu horário de trabalho e vendo o lixo a quem eu quero. Se eles fizerem mesmo uma cooperativa, a gente só vai poder vender a quem eles quiserem. Eu não preciso deles prá vender meu lixo. Eu sei que não existe somente 'seu' Júlio para comprar o lixo, mas acontece que a gente também não pode dispensar 'seu' Júlio assim, sem mais nem menos. E quando a gente precisar de ajuda?"* Assim, contrariando "os de fora", a dependência do "atravessador", na percepção dos "bagulhadores", não é um malefício.

- *As condições de trabalho* - Os catadores não utilizam qualquer equipamento de proteção individual - botas, luvas ou máscaras - quando estão "bagulhando", o que é particularmente difícil para aqueles que trabalham à noite, já que a ausência de iluminação aumenta os riscos de acidentes.

O processo de venda dos materiais recicláveis segue a mesma lógica econômica da exploração. Os "bagulhadores" trabalham entre 10 a 12 horas diárias, para receber, em média, o equivalente a meio salário mínimo por mês.

Um fato curioso é que, apesar da recente troca de moeda, o preço dos materiais ainda é estabelecido pelos "atravessadores" que frequentam a área em *cruzeiros*, embora o pagamento seja efetuado em *reais*. Os "bagulhadores" afirmam que é na conversão de *cruzeiros* para *reais* que ocorre o maior lucro dos que compram o lixo.

Entre os "bagulhadores" o trabalho remunerado formal parece ter perdido sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da auto-estima, das referências sociais e das orientações morais.

Excluídos do sistema ocupacional, os "bagulhadores" tendem a minimizar a importância do vínculo empregatício formal: *"Trabalhar de carteira assinada é bom, mas aqui no lixão tem sempre trabalho, eu nem preciso sair prá procurar. Não tenho patrão, nem compromisso com horário, trabalho o dia que quero e ganho quase a mesma coisa que numa firma"*. Foi a opinião predominante.

- **Percepção ambiental** - Para os "de fora" a impressão dominante é a de sujeira e poluição - a quantidade de moscas é espantosa, uma permanente fumaça provocada pela combustão do lixo inunda o ambiente e há o problema dos odores - provocando um imediato mal-estar, agravado pelo calor.

No entanto, essa percepção não é compartilhada pela população local. Quando questionados sobre os problemas ambientais que afetavam o cotidiano familiar, todos os respondentes, sem exceção, apresentaram dificuldades em reconhecer o comprometimento do meio ambiente, chamando a atenção para a tranquilidade da área: *"Aqui é muito bom, o lugar é calmo, não tem briga, todo mundo trabalha e o serviço é tranquilo. O único problema é que tem muita gente prá pouco lixo"*.

Provocada a discussão, surgiram algumas queixas, principalmente quanto ao abastecimento d'água e a ausência de luz elétrica. A impressão que predomina é que embora os moradores percebam os determinantes da desordem do ambiente no qual se inserem - a má qualidade da água consumida, a poluição do ar, a falta de saneamento, os riscos do contato direto com o lixo, a elevada incidência de insetos e roedores - não existe entre eles uma real preocupação com esses aspectos. Daí, talvez, a baixa mobilização na área para a melhoria das condições de vida.

- **Práticas mobilizatórias** - Quanto à reivindicações, denúncias e práticas mobilizatórias apresentadas pelos moradores para a resolução dos problemas ambientais, as respostas enfatizam em sua totalidade a ação governamental, não se verificando nenhuma resposta vinculada à ação comunitária ou individual, o que revela a ausência de referência e identificação dos

moradores com formas de organização coletiva que poderia modificar as precárias condições urbanas em que vivem.

A forma sugerida para a resolução dos problemas não é formulada na linguagem dos direitos e da justiça, tomando-se como referência o critério tutelar, assistencial e paternalista do Estado, : *"O governo devia dar emprego e casa prá gente ou, pelo menos, uma ajuda prá gente sobreviver, como faz a Igreja"*.

Val, que já morou dentro do lixão e agora reside numa favela próxima da área, disse: *"Eu já tentei formar uma Associação, mas nunca consegui reunir as pessoas. Toda vez que eu falava nisso eles perguntavam logo o que iam ganhar. Nunca mais falei nada"*. Val tem fama de gostar de briga e parece não ser bem vista na comunidade por sua posição reivindicativa.

Conclusão

Os dados empíricos que dispomos mostra-nos um quadro crítico das condições de vida dos "bagulhadores": negligência ambiental, condições desumanas de trabalho, má qualidade das moradias, deterioração da saúde.

A análise efetuada a partir das representações e atitudes que os "bagulhadores" têm acerca de sua condição social e de seu ambiente sugere que a população local - despojada materialmente; sem qualificação profissional; sem um emprego estável que permita qualquer segurança; sem possibilidade de pressionar as autoridades institucionais para fazer valer reivindicações às suas necessidades e expectativas - não estabelece uma reflexão crítica sobre suas vidas.

Os resultados parciais da pesquisa no lixão mostram que os determinantes da degradação ambiental são conhecidos, no entanto, para aquela população, os problemas ambientais ou as medidas concretas para controlar/mitigar os riscos do ambiente não se consituem em prioridade.

Vivenciando um cotidiano de incertezas e privações; de um desrespeito aos direitos e não encontrando na sociedade o reconhecimento do valor de suas pessoas, de seus interesses e razões, observa-se que os "bagulhadores" se vêem como "pobres inferiores", sem direitos e sem possibilidades de tentar formas de organização através da qual suas vontades, solicitações e reivindicações possam ser reconhecidas como legítimas e válidas. Em todas

as entrevistas, as formas de ação evocadas face aos problemas ambientais enfatizaram a ação paternalista do Estado. Isto se reflete na pouca disposição à mobilização e à ação frente aos problemas do ambiente, que são, ao mesmo tempo, reconhecidos e negados.

A análise efetuada a partir das representações e atitudes que os "bagulhadores" têm acerca de sua condição social e de seu ambiente, sugere que a população local só com algum esforço, e depois de muita insistência, consegue verbalizar alguns problemas e a existência de algumas carências, como por exemplo, a falta de serviços sanitários, abastecimento d'água e energia elétrica.

Pode-se dizer que se verifica entre os "bagulhadores" uma grande dificuldade na elaboração subjetiva da carência de equipamentos coletivos que possam contribuir na proteção/mitigação das condições de vida na área. Ainda que os "problemas" objetivos existentes choquem profundamente técnicos de saúde, de uma Secretaria de Estado, ecologistas ou pesquisadores.

A dificuldade dos "bagulhadores" na elaboração de carências não significa que eles tenham perdido sua capacidade de comprovação da realidade. Ainda que com alguma dificuldade, a população é capaz de perceber os efeitos deletérios do ambiente, a contaminação da água consumida, a má qualidade das moradias. No entanto, essa percepção, por si, não motiva o surgimento de nenhuma carência, ao contrário, ela vem acompanhada de uma veemente negação dos problemas.

A análise das condições de vida dos "bagulhadores" apontam para o fato de que as formas de agir da população não podem ser vistas como meras respostas ao agravo das condições de vida. A questão fundamental, parece ser não a privação material ou a ausência de direitos sociais, mas o *modo* como os fatores que compõem a "precariedade de vida" são simbolicamente trabalhados. Isto implica na necessidade de se saber quais as carências e os valores dos indivíduos para que se possa compreender suas ações, seus conflitos, suas potencialidade, suas motivações existenciais.

A elaboração de carências se faz *"em referência aos valores presentes em cada sociedade e as estruturas que as formam são estruturas simbólicas"*¹⁵. No entanto, a relação estabelecida entre os valores e o conjunto

¹⁵ NUNES, Edson. *Carências e modos de vida*, in São Paulo em Perspectiva, vol. 4, nº 2. São Paulo:SEADE, abr-jun, 1990, p. 3

de carências de uma sociedade não pode ser entendida em termos mecânicos. Nem sempre há uma correspondência homóloga entre os valores e as carências, porque os primeiros *"constituem-se na dimensão intersubjetiva da sociedade - o 'cotidiano' ou o 'mundo vivido' -, ao passo que as carências fazem parte da subjetividade (...) é produzida em uma reelaboração do indivíduo do mundo da intersubjetividade, o que significa certamente reprodução de formas das estruturas simbólicas instituídas, mas também a possibilidade de transformá-las"*¹⁶.

Em outras palavras, a carência é a *vontade* de um indivíduo determinado por algo também determinado e sua elaboração implica em uma *atividade da parte do sujeito*, supõe uma *elaboração dos sentimentos originados de sua vivência*. Não se resume às pulsões naturais - fome, sede, sono, etc. -, nem pode ser entendida como uma função do organismo biológico. *"Cada um de nós, indivíduos determinados, temos fome de algo ou de qualquer coisa dentro de um conjunto determinado (e que exclui outras coisas). Assim, a carência constitui-se em uma relação sujeito-objeto informada socialmente"*¹⁷.

A criação de carências está relacionada aos processos de constituição da individualidade e construção da consciência do "eu". A falha em seu equacionamento pode desencadear processos de acomodação ou formas enlouquecidas de protesto, além de inibir/dificultar a luta pela sua superação.

Não pretendo minimizar o papel da questão econômica ou das relações de poder nos dilemas da sociedade brasileira contemporânea, nem ignorar as circunstâncias geradoras do que se convencionou denominar "exclusão social": instabilidade econômica, recessão, desemprego, arrocho salarial, descaso do poder público. Chamo a atenção aqui para o entrelaçamento entre processos sociais, econômicos, políticos e a dimensão humana, subjetiva dos indivíduos, enquanto portadores de história, desejos, carência, ambiguidades e conflitos.

Nesse sentido, a pesquisa que estamos desenvolvendo representa um esforço para a compreensão da atividade humana no contexto paradoxal das sociedades industriais modernas caracterizadas, de um lado, por aceleradas

¹⁶ NUNKS, R. *Op. cit.*

¹⁷ *Idem.*

mutações técnico-científicas, crescimento demográfico, desenvolvimento das forças produtivas, e por outro, pela miséria, marginalidade, degradação ambiental e de modos de vida que geram angústia, solidão, desespero e o embotamento da sensibilidade. Concordamos com Guattari quando ele afirma que os modos de vida humanos caminham no sentido de uma lenta e progressiva deterioração que incluem três registros: o meio-ambiente, as relações sociais e a subjetividade:

"As relações da humanidade com o socius, com a psique e com a 'natureza' tendem, com efeito, a se deteriorar cada vez mais, não só em razão de nocividades e poluições objetivas mas também pela existência de fato de um desconhecimento e de uma passividade fatalista dos indivíduos e dos poderes com relação a essas questões consideradas em seu conjunto (...) Não é justo separar a ação sobre a psique daquela sobre o socius e o ambiente. A recusa a olhar de frente as degradações desses três domínios, tal como isto é alimentado pela mídia, confina num empreendimento de infantilização da opinião e de neutralização destrutiva da democracia"¹⁸

Segundo o autor, a saída para a crise ambiental não se coloca apenas na formulação de novas alternativas sociais, políticas e culturais, mas também na promoção de valores existenciais, que permitam uma revolução dos componentes invisíveis que instauram o campo da subjetividade - tais como, a sensibilidade, a inteligência e o desejo -, e guiam os indivíduos/grupos:

"(...) é exatamente na articulação: da subjetividade em estado nascente, do socius em estado mutante, do meio ambiente no ponto em que pode ser reiventado, que estará em jogo a saída das crises maiores de nossa época"

O ponto fundamental de nosso trabalho é analisar o papel das formações subjetivas na manutenção dessas contradições, na medida em que, forçadas sob o signo da miséria, da fome e da morte, tornam-se incapazes de se apropriar dos meios técnico-científicos disponíveis tornando-os operativos.

¹⁸ GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas(SP):Papirus, 1990.